Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

QUE NADA NOS LIMITE: CONTEMPLAÇÕES ACERCA DA LITERACIA EM SAÚDE FEMININA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO[1]

THAT NOTHING LIMITS US: CONTEMPLATIONS ON HEALTH LITERACY IN INFORMATION SCIENCE

Tayssa Nobre Lobo[2]
Leandra Alencar Soares Lima de Passo[3]
Maria de Fátima Oliveira Costa[4]
Lidia Eugenia Cavalcante[5]

Resumo: A literacia em saúde é um assunto emergente na Ciência da Informação (CI), principalmente quando se faz um recorte de gênero ao discuti-la quanto a um fenômeno informacional e social. Sua conceituação, apesar de não ser recente, ganha novas formas de se pensar diante dos aspectos aqui apresentados. O objetivo geral deste artigo visa retratar a literacia em saúde ao contexto social e informacional que a mulher contemporânea está inserida. Assim, os objetivos específicos dividem-se em: a) Conceituar o termo literacia em saúde; b) Apresentar um breve panorama sobre a saúde da mulher; e c) Propor reflexões sobre o papel do profissional da informação no processo de apropriação informacional para a saúde. Quanto a metodologia, é uma revisão de literatura, sendo uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, bem como exploratória no que se refere aos objetivos. Como resultado das discussões, evidencia-se que a temática da literacia em saúde, em especial na Ciência da Informação, ainda apresenta pouca produção acadêmica a respeito. Ressalta-se a necessidade de enfoque nas pesquisas acerca da perspectiva da saúde da mulher no campo da CI, sobretudo no contexto brasileiro. Conclui-se que a literacia em saúde atua diretamente para o protagonismo dos sujeitos, tornando-os conscientes de seus direitos e das ações necessárias para ter uma qualidade de vida.

---

[1] Texto ampliado a partir do artigo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXIII ENANCIB.

[2] Mestranda em Ciência da Informação (UFC). Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI/UFC). E-mail: tayssanobre@alu.ufc.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-2160-2544.

[3] Mestranda em Ciência da Informação (UFC). Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI/UFC). E-mail: leandra.alencar.passo@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-7843-2347.

[4] Doutora em Ciência da Informação (UNESP). Docente do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: fatimaocosta@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2267-428X.

[5] Doutora em Educação (UFC). Docente do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: lidia@ufc.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3190-6900.

Palavras-Chave: literacia em saúde; saúde da mulher; protagonismo feminino; informação em saúde; relações de gênero.

Abstract: *Health literacy is an emerging issue in Information Science, especially when it comes to gender when discussing it as an informational and social phenomenon. Although its conceptualisation is not recent, it is gaining new ways of thinking in the light of the aspects presented here. The general aim of this article is to portray health literacy in the social and informational context in which contemporary women find themselves. The specific objectives are divided into: a) Conceptualising the term health literacy; b) Presenting a brief overview of women's health; and c) Proposing reflections on the role of information professionals in the process of appropriating information for health. In terms of methodology, this is a literature review, a bibliographical study with a qualitative approach, as well as exploratory in terms of its objectives. As a result of the discussions, it is clear that the subject of health literacy, especially in Information Science, still has little academic production on the subject. There is a need to focus research on the perspective of women's health in the field of Information Science, especially in the Brazilian context. It is concluded that health literacy acts directly on the protagonism of individuals, making them aware of their rights and the actions necessary for a good quality of life.*

Keywords: *health literacy; women's health; female protagonism; health information; gender relations.*

1 INTRODUÇÃO

A informação interliga universos, reúne e confronta preceitos, transitando entre as suas múltiplas definições conforme a abordagem de cada campo teórico. Visualizada em diferentes ângulos nos pormenores que cercam sua existência, ela ainda está alinhada à redução de incertezas, principalmente quando se relaciona às necessidades de informação dos usuários.

No que concerne à Ciência da Informação, Capurro e Hjorland (2007) apresentam os aspectos epistemológicos da informação a partir da terminologia e de seu uso no contexto moderno e pós-moderno, além de tratá-la em eixo interdisciplinar – característica tão cara à CI – e nas áreas Humanas, Sociais e Naturais. Dentre o apanhado realizado para esta pesquisa, uma das perspectivas feitas pelos autores é de que a informação, para que seja considerada de fato esclarecedora, dependerá da questão feita. Nesse sentido, ao posicionar seu uso diante do usuário

como ponto de partida, pode-se dizer que a informação é o "algo" que alcança a resposta para uma pergunta.

Contudo, traçar parâmetros sobre o uso da informação de acordo com as necessidades de seus usuários é também compreender que ela irá atender às questões não unicamente de um indivíduo, mas de um grupo em determinadas situações. Para isso, ela precisa ser criada/coletada, organizada, interpretada e armazenada de tal maneira a reagir sobre as problemáticas mais diversas. Sendo assim, o sujeito informacional a quem ela é direcionada é um participante ativo nesse processo, capaz de se apropriar das informações de forma competente. No caso da Medicina, esta função está ligada na resolução de problemas em saúde, sobretudo à promoção do bem-estar social, com base em informações de qualidade e fundamentadas por fontes fidedignas e verificáveis (Capurro; Hjorland, 2007).

Em meio aos ditames em que a sociedade esteve inserida durante a pandemia de COVID-19 até a oficialização de seu fim pela Organização Mundial da Saúde (Opas, 2023), destaca-se a proeminente ascensão da infodemia, sustentada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Desse modo, os usos da informação encontram-se cada vez mais próximos da palma das mãos e, ao mesmo tempo, tão distantes de atender às necessidades informacionais necessárias e desejadas.

Nessa perspectiva, Davenport (1998) declara que o fascínio tecnológico tenha possivelmente deixado de lado a característica primordial da informação, isto é, o esclarecimento. Além de informar, esta deve apresentar aspectos como a precisão, a confiabilidade e a clareza, fundamentais para que os sujeitos possam usá-la conforme os seus propósitos.

O uso deste elemento, no entanto, não possui apenas o apelo na área da saúde

ou da CI, transpondo-se para os aspectos sociais que delineiam as relações no mundo, dentre as quais destacamos a desigualdade e o construto de gênero. Sendo o seu acesso um ponto de discussão na qualidade de informações disponíveis online, alicerçadas pelo uso das TDIC. O ato de buscar respostas para as perguntas feitas, sanar dúvidas ou reduzir incertezas tornou-se um quesito de complexidade na sociedade da informação. Termos como alfabetização e letramento em saúde, assim como a própria ascensão da literacia em saúde, demonstram a relação entre a capacidade do usuário de manejar as informações advindas de uma área tão sujeita a atualizações constantes e a disponibilização de ferramentas para mediação desse processo.

Através do olhar da CI, as questões que cercam os usuários no que concerne a informação em saúde, sobretudo a partir de um recorte social e de uma abordagem que envolva a perspectiva feminina, sobrepõem à competência atrelada a este tipo de busca, caracterizada pelo obscurantismo da era informacional durante e após a COVID-19. Consideradas as espinhas dorsais do sistema de saúde, nas palavras da OMS (2011), as mulheres possuem baixa representatividade no papel de provedoras informacionais em saúde, enquanto sua atuação na prestação de cuidados primários à família. No entanto, onde estão essas mulheres como usuárias de informação em saúde, muitas vezes invisibilizadas?

A saúde do ser humano envolve diversas partes de suas vivências e experiências cotidianas que influenciam na qualidade de vida. No caso da mulher, as relações profissionais e as problemáticas sociais advindas de questões de gênero, tais como as segundas e terceiras jornadas de trabalho e indicadores de pobreza menstrual nas regiões do país, pesam sobre seu estado de bem-estar.

Diante disso, podemos observar que problemas como a desigualdade

socioeconômica e os estereótipos de gênero influenciam diretamente na saúde da mulher, assim como na maneira que estas se apropriam das informações visando benefícios e melhores condições de vida. Portanto, a partir das reflexões provocadas, delineamos a seguinte pergunta de partida para esta pesquisa: Qual é a função da literacia em saúde na assistência relativa aos cuidados voltados à saúde da mulher no Brasil?

Tal questionamento, observado sob os prismas da Ciência da Informação, leva em conta os preceitos de que a informação visa atender às questões de um grupo e sanar as demandas de seus usuários, tido como sujeito ativo na busca e compreensão daquilo que o cerca e do que necessita. Logo, o objetivo geral do estudo visa retratar a literacia em saúde ao contexto social e informacional que a mulher contemporânea está inserida.

Nesse sentido, foram elencados como objetivos específicos: a) Conceituar o termo literacia em saúde; b) Apresentar um breve panorama sobre a saúde da mulher; e c) Propor reflexões sobre o papel do profissional da informação no processo de apropriação informacional para a saúde.

Por fim, quanto às justificativas, a pesquisa tem como intuito alcançar relevância científica no que se refere aos estudos sobre literacia em saúde, especialmente pelo viés da Ciência da Informação, buscando contribuir para que mais investigações sejam desenvolvidas no campo acerca da temática apontada. Para as justificativas social e pessoal, espera-se que as mulheres sejam mais contempladas nas produções acadêmicas da área, fator este que motivou as autoras do estudo a discutirem acerca da importância de oferecer informações sobre saúde compreensíveis e acessíveis, visando uma melhor qualidade de vida para o referido público.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta pesquisa trata-se de uma revisão de literatura sobre literacia em saúde e as questões relacionadas à saúde da mulher na atualidade, bem como apresenta breve discussão acerca do papel dos profissionais da informação no que se refere às possíveis contribuições para promover o acesso e suprir necessidades informacionais do público feminino. Esse procedimento "apresenta uma síntese dos textos lidos para formular e contextualizar o problema" (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 57). As perguntas que se busca responder são: O que se sabe sobre o assunto? Como a literatura na Ciência da Informação trata essa temática?

Além disso, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. O fato de que este tipo de pesquisa é utilizado para a criação e registro de fontes de informação desde muito antes de sua nomeação e acompanha a evolução do conhecimento, como declaram Bentes Pinto e Cavalcante (2015), reafirma a sua importância para o fazer científico. Ainda de acordo com as autoras, uma das formas em que a pesquisa bibliográfica pode relacionar é indagar: o que é? Como é? E por quê? Em suma, "seria ter o domínio da teoria e seus conhecimentos de causa, pela apropriação do objeto a partir da literatura que nos possibilitou chegar a compreendê-lo e a ensinar esse tipo de pesquisa" (Bentes Pinto; Cavalcante, 2015, p. 21). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica proporciona a quem pesquisa uma abrangência sobre os signos e símbolos que cercam uma temática, traçando o objeto analisado por meio dos eixos em que foi trabalhado na literatura científica até o momento.

Quanto aos objetivos, o artigo sustenta-se sob a perspectiva dos estudos exploratórios, os quais "permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema" (Triviños, 2013, p. 109). Sendo assim, o ponto de partida está na busca em aprofundar os conhecimentos sobre uma realidade

específica e levantar possíveis problemas de pesquisa. Este tipo de investigação, como trata o autor, não exime a revisão de literatura – dentre outras maneiras de se especificar a práxis – de ser um estudo com a severidade de um trabalho científico. Minayo (2004, p. 171) ressalta que uma das bases filosóficas da elaboração científica é o "caráter aproximado do conhecimento que se constrói a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a compreensão, a crítica e dúvida, embora isso não se dê de forma linear e nem somativa."

Escolheu-se a abordagem qualitativa como forma de se pesquisar, pois, esta "apoia-se, como a precedente, em uma categorização dos elementos" e onde "o pesquisador detém-se em suas peculiaridades, nas nuanças que se expressam, do mesmo modo que nas relações entre as unidades de sentido assim construídas" (Laville; Dionne, 1999, p. 224-225). Desse modo, o pesquisador sustenta-se sobre fundamentos já trabalhados, mas não se abstém de expor as relações entre os construtos apresentados.

Em complemento à abordagem, buscou-se tratar das relações sociais que envolvem a literacia em saúde diante da pluralização das esferas da vida que, no caso, refere-se aqui ao âmbito da mulher. No caso dos estudos de gênero, Uwe (2009) aponta a pesquisa feminista como parte dos avanços da pesquisa qualitativa, visto que estes estudos, em específico, proporcionam as diferentes perspectivas sobre gênero e a desigualdade no âmbito social.

Nessa perspectiva de construção da pesquisa, as bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram: Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores escolhidos para delimitação na

pesquisa foram "literacia em saúde", "saúde da mulher", "informação em saúde", "letramento em saúde" e "alfabetização em saúde". Em razão da pesquisa apresentar resultados relativamente insuficientes quanto ao assunto em questão, não se delimitou um período específico, tendo em vista a possibilidade de maior recuperação sobre a temática. Além disso, a fundamentação teórica baseou-se em livros e outros materiais bibliográficos.

3 POR UM CONCEITO DE LITERACIA EM SAÚDE

À priori, o conceito de literacia (ou letramento) não é recente, afinal de contas, antes de sua contribuição para a área da saúde, vários autores de outros campos já exploravam as definições do termo. No cenário brasileiro, a linguista Mary Kato foi uma das pioneiras quanto ao seu uso por volta de 1986. Contudo, a palavra incorporou seus escritos apenas como referência, sem estar acompanhada de uma conceitualização. Desse modo, numa tentativa primária de compreender seu significado, Soares (2006) retratou a raiz etimológica do vocábulo a partir do entendimento do termo em inglês *literacy*, originalmente do latim *littera* que significa letra, em união com o sufixo -mento. A junção das partes passou a ser concebida como letramento, ou seja, aquilo que "denota o resultado de uma ação", no entanto, sob a perspectiva das práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2006, p. 18).

Gomes, Ávila, Sebastião e Costa (2000, p. 1) entendem a literacia como a "capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos)". Os autores trazem duas características principais sobre o universo deste termo, que pode remeter tanto a análise do uso efetivo habilidade leitora, de escrita e de contagem no dia a dia, quanto um conjunto de competências

dividido em níveis de literacia, apresentando graus diferentes de dificuldade. Assim, para a abordagem deste trabalho, entende-se a literacia em sua primeira característica, respectivamente, alinhando-a ao pensamento de Soares (2006).

Para entender melhor sua atuação é necessário atravessar este termo pelo que se define saúde. Para a OMS (*apud* Segre; Ferraz, 1997), o conceito representa o perfeito bem-estar físico, mental e social. Os autores, apesar de reconhecerem o vanguardismo desta definição, ainda a caracterizam como irreal. Esta visão concatena-se às problemáticas em promover um estado de bem-estar integral ao cidadão em razão das desigualdades sociais e sua influência no ser humano como um todo.

Segundo a Lei 8.080/1990, toda a organização estrutural de um país, seja social ou econômica, é expressa a partir dos níveis de saúde da população. Os determinantes e condicionantes que a influenciam variam entre o estado alimentar, situação de moradia, condições de saneamento básico, direitos trabalhistas, nível de renda adequado, prática de atividades físicas, lazer, serviços essenciais, entre outros. Observa-se que a saúde não está completa sem a influência de fatores sociais externos ligados à condição fisiológica humana.

Na modernidade ocidental, as pestes e guerras foram latentes para uma preocupação social com a doença. De acordo com o Dicionário da Educação Profissional em Saúde, a ascensão da Medicina interligou os saberes biológicos à máquina humana, caracterizando o combate contra doenças, mas não necessariamente sua cura (Luz, 2023). A autora declara que, de acordo com Foucault, a chamada Clínica Moderna irá significar o estado de saúde ao não estar doente, não portar patologia, estar assintomático, concepção também proveniente do modelo biomédico.

No entanto, Luz (2023) afirma que um saber hegemônico não significa único, mas sim dominante – o que nos abre a possibilidade em formular preceitos e adaptar este tempo a diversos contextos. Assim, pode-se afirmar que este termo ainda está em construção, sujeito a variações históricas, socioculturais e científicas, apesar de possuir uma definição estabelecida. Sendo assim, unir a literacia ao conceito de saúde percorre saberes epistemológicos de ambos como um todo e é a partir desta junção terminológica que se entende a literacia como o conjunto de "competências cognitivas e sociais e a capacidade da pessoa para aceder, compreender e utilizar informação por forma a promover e a manter uma boa saúde" (Portugal, 2018, p. 6).

Ainda que o termo *health literacy* esteja inserido no radar científico desde a década de 1970 e tenha ganhado destaque mundialmente no início dos anos 2000, os trabalhos que utilizaram este termo foram incorporados à literatura brasileira há pouco mais de uma década. Advinda deste fato, a escolha em tratar dessa temática a partir do uso do termo literacia em saúde é recente, principalmente quando comparada aos estudos envolvendo os conceitos de alfabetização e letramento na área, ambos utilizados na maioria das vezes como sinônimos para o termo no contexto nacional (Peres, 2023).

Diante dos homônimos, no entanto, a escolha da literacia no plano científico do Brasil justifica-se, de acordo com Peres (2023), na sua abrangência e na contemplação de uma tradução mais adequada, principalmente na funcionalidade em tratar os estudos de *health literacy* multidimensionalmente e na busca por soluções para os problemas do campo. O autor ainda complementa que estudos deste termo foram desenvolvidos a fim de compreender em como tais capacidades poderiam ser levadas em consideração no meio individual e coletivo.

Posto isso, é mister ressaltar a percepção da vida saudável para além da Medicina de tratamento, traduzidas em comportamentos profiláticos e protetores gerais de integridade, base para atuação da literacia. Nessa perspectiva, uma das definições mais completas é a de Zarcadoolas, Pleasant e Greer (2005, tradução nossa), em que esta é tida como uma gama de habilidades e competências que as pessoas desenvolvem para buscar, compreender, avaliar e utilizar as informações e conceitos em saúde na tomada de decisões, redução de riscos de saúde e maior qualidade de vida.

Desse modo, definir uma expressão que conceba a qualificação de processos individuais e coletivos, tanto na interpretação quanto na tomada de decisão, objetiva não apenas a qualidade em saúde, mas também na vida. Se, como retratado anteriormente, estar saudável implica no bem-estar integral de uma pessoa, é inegável que a literacia corrobora na manutenção de uma vivência apropriada e transborda a definição de saúde para além do estado não sintomático. Sendo assim, também pode-se dizer que ela contempla o "amplo e diverso conjunto de habilidades e competências que os indivíduos utilizam para buscar, compreender, avaliar e dar sentido a informações sobre saúde, visando ao cuidado de sua própria saúde ou de terceiros" (Peres, 2023, p. 113).

Não obstante a isso, sua aproximação às TDIC permite seu transporte às práticas informacionais no meio digital. Contudo, é preciso entender que as ferramentas digitais não contemplam a população como um todo, ressaltando que a não familiaridade com esses instrumentos apresenta-se em "grupos de pessoas idosas, vulneráveis ou de origens socioeconômicas desfavorecidas que não usam esses meios por terem acesso limitado aos mesmos, ou por terem baixos níveis de Literacia em Saúde Digital" (Portugal, p. 16). No caso dos sistemas de saúde, sua

função está atrelada a melhoria dos serviços direcionados à população. Portanto, sua eficiência vai ao encontro de otimizar o uso de recursos para realização de procedimentos, tanto no cuidado direcionado ao paciente quanto no caso administrativo, bem como na melhoria dos processos. Sua efetividade deve facilitar a compreensão do modo de atendimento que os usuários demandam a fim de fornecer indícios para que tais processos sejam revistos ou mesmo planejados (Marin, 2010).

Portanto, o direito constitucional à informação não implica necessariamente no acesso à sua qualidade, pois pressupõe-se que a exposição online, da mesma forma que contribui para a propagação de informações, também pode fomentar a desinformação. Isto amplia o risco dos efeitos do manejo indiscriminado dessas tecnologias. Afinal, se este elemento está atrelado à redução de incertezas, a literacia está da mesma forma alinhada à integridade do uso de informação. Landim e Jorente (2018) ressaltam a realidade dos grupos onde há uma limitada literacia em saúde, em que os produtos informacionais acabam não sendo eficazes a nível que se espera.

Ainda, conforme os autores supracitados, mesmo que haja o fornecimento de informação detalhada em certos contextos, isso não significa que haverá mudanças nos hábitos para saúde, justamente porque há limitações quando a literacia em saúde. Para que haja um processo de comunicação em saúde, depende-se de como a interação ocorrerá entre a mensagem emitida e para quem está a recebendo, influenciando os resultados do processamento da informação e os efeitos comunicacionais. Dessa forma, os níveis de literacia em saúde necessários para que a informação seja compreendida são determinados pela complexidade e dificuldade de uma mensagem (Landim; Jorente, 2018).

Sendo assim, como afirmam Davi e Garcia (2020, p. 83), o direito à informação de qualidade contribui para o “[...] empoderamento, a equanimidade e a inclusão.

Razões que conduzem a sociedade contemporânea a enfrentar processos acelerados de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais". Quando o sujeito se apropria da informação, ele apodera-se do saber que ditará suas ações em sociedade, desencadeando processos internos e externos visíveis ou não na Sociedade da Informação. É, assim, a metamorfose do sujeito informacional em sociedade, tornando-se um ser que toma decisões, reflete sobre os acontecimentos e constrói o conhecimento. Isto se aplica nas diversas formas de vivência, contudo, é um processo que está disposto as agruras da desigualdade socioeconômica:

> Quando as pessoas estão em situação de vulnerabilidade social, uma espécie de barreira invisível faz com que essas pessoas não percebam o valor que a informação pode ter em suas vidas. Noções sobre os direitos assegurados por lei, serviços públicos aos quais podem recorrer, ou como proceder, para efetuar uma denúncia de violação de direitos, são exemplos de como a informação pode ser útil e que faz parte do cotidiano e, muitas vezes, passa despercebida (Lima; Santos, 2019, p. 56).

O acesso à informação e, sobretudo, a informação de qualidade é um elemento de empoderamento social que diz respeito ao cumprimento dos direitos do sujeito que vive em sociedade. Apesar de gênero e informação parecerem campos isolados, ao passo em que são intrínsecos, segundo Lima e Santos (2019), no caso da mulher, minoria representativa no Brasil - embora maioria quantitativa em números absolutos - a apropriação da informação é um processo relacionado a independência e combate ao poder que se instala sobre seus corpos. Inevitavelmente, a informação que atravessa tais corpos não é homogênea, o que compreende a informação em saúde e, não obstante a literacia em saúde para este grupo, em sob um aspecto de heterogêneo e diverso.

Portanto, é a partir da visualização da literacia em saúde, sob influência das relações sociais, que se fez o recorte de gênero a fim de entender seu papel na saúde

da mulher. Para tal, buscou-se apresentar um parâmetro atual da saúde feminina no Brasil, refletindo acerca dos obstáculos e avanços.

4 QUE NADA NOS LIMITE: REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Quando Simone de Beauvoir escreveu no livro A Força da Idade, em 1960, sobre sua volta à Paris e como a liberdade a encantou, sua icônica frase para retratar tal percepção entrou para a história. Em determinado trecho, a escritora revelou que, naquele momento, "nada, portanto, nos limitava, nada nos definia, nada nos sujeitava; nossas ligações com o mundo, nós é que as criávamos; a liberdade era nossa própria substância" (Beauvoir, 1984, p. 20). Essa afirmação ainda hoje é colocada no contexto da busca pela independência do feminino e na equidade de direitos e acessos entre os gêneros. Sua importância é, de tal modo, atemporal, que buscou-se representá-la no título deste artigo, utilizando um pequeno extrato do texto em consonância à licença poética.

Nos meandros da segunda metade do século XX, a máxima de Beauvoir já explorava as tramas que interseccionavam a vivência da mulher; e décadas depois, ainda transmite significados para além da liberdade em prol da causa feminista. Desse modo, no que concerne às ações promovidas pelo movimento feminista em favor da mulher, Rozenfeld (1989, p. 244) analisa que:

> [...] a ampliação do campo de atuação dos movimentos feministas em direção às questões ligadas ao uso do corpo, à sexualidade e à reprodução ecoa junto aos meios de comunicação de massa, chamando a atenção da sociedade em seu conjunto para os aspectos históricos, ideológicos e políticos do problema (Rozenfeld, 1989, p. 244)

Em conformidade, no que se refere aos preceitos ocidentais, a Organização das Nações Unidas (ONU) compilou o documento intitulado "Direitos da Mulher",

reunindo doze categorias essenciais. Dentre elas, destaca-se o direito à vida, à liberdade, à informação e à saúde, conceitos atrelados aos processos sociais e que, ao longo das mudanças políticas, culturais e científicas, também apresentaram mudanças. Dito isso, entender-se como uma pessoa saudável e com saúde acompanha esse trajeto, pois não se compreende este estado apenas como sendo a ausência de uma doença. Portanto, associar a mulher sob este único aspecto não é mais uma opção no ideal de saúde contemporâneo. Nas relações sociais e de trabalho, a mulher é integrada no papel de quem cuida, mas é retirada do lugar de quem precisa de cuidados, principalmente no âmbito da própria saúde feminina. Ainda, os papéis de gênero que cooptam a mulher a lugar de servidão se alinham a segregação social que, segundo Muszkat (1987), a define como inferior ao homem, o que impede seu corpo de acessar serviços, obter responsabilidades e prestígios na sociedade.

Esse cenário paradoxal demonstra que as necessidades informacionais a respeito do próprio bem-estar da mulher são indiferentes ao saber em literacia em saúde. Essa perspectiva é questionada quando, em 2021, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), revelam que a população brasileira é composta majoritariamente por mulheres (51,1%). Outrossim, trabalhos que relacionem ambos os assuntos podem trazer uma visão mais específica sobre o tema, visto que o grupo que se identifica com o gênero feminino representa a maioria em quantidade populacional, mas a minoria nos aspectos sociais. Nessa conjuntura, ao discutir sobre educação popular e saúde, Vasconcelos expressa a seguinte reflexão:

> Saúde não se alcança apenas com mais e melhores serviços de saúde, tal como hoje é concebido. Saúde, entendida de forma ampla, pressupõe justiça, integração e respeito ao meio ambiente, valorização das dimensões subjetivas profundas das pessoas e democratização sem-fim das relações sociais no mundo da economia, nas famílias, comunidades, instituições e

> organizações civis. Não basta investir na democratização da gestão das políticas de saúde; é preciso investir, também, nas relações sociais que criam condições para a saúde acontecer na vida das pessoas (Vasconcelos, 2017, p. 270-271).

Além disso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2011), o fato de as mulheres viverem mais do que os homens não implica na ocorrência de uma longevidade saudável. As condições biológicas e hormonais vivenciadas ao longo do tempo por pessoas cis e trans[6] contemplam processos não apenas fisiológicos, mas também sociais, que acarretam riscos à saúde e necessitam de atenção durante toda a vida.

Os impactos na saúde são duramente questionados quando se coloca em discussão as relações de gênero e as desigualdades sociais, principalmente no contexto brasileiro. Sendo assim, como afirma Vasconcelos (2017), a grande presença da capilaridade dos serviços de assistência à saúde na sociedade pode contribuir para uma melhoria desse cenário.

É válido salientar, pela visão de Rozenfeld (1989), que a participação da mulher em relação a sua saúde não é responsabilidade única e exclusiva da pessoa, sobretudo pelo fato de que a base para promover o envolvimento do indivíduo numa determinada realidade está em pontos fundamentais que se relacionam diretamente com a própria compreensão de literacia em saúde, ou seja, propiciar o acesso ao conhecimento para que se possa desenvolver opiniões, críticas e debates acerca da realidade apresentada e vivenciada.

[6] Apesar de a pesquisa trazer uma perspectiva feminina segundo o entendimento de mulher cisgênera, buscamos evitar a exclusão social no estudo, tendo em vista que “pessoas com útero” e “pessoas que menstruam” são expressões que pretendem incluir indivíduos para além da cisgeneridade. Portanto, nos referimos a cis e trans para acolher na discussão pessoas que não são mulheres cisgêneras e que podem ser homem trans, intersexual, queer ou identificar-se como não-binário.

Diante disso, Marin (2010) afirma que há uma heterogeneidade predominante no que diz respeito ao dado clínico, visto que é uma fonte variada e utilizada de formas múltiplas, o que muitas vezes não se adequa aos sistemas de informações e, por conseguinte, não corrobora na integração dos processos de saúde. Com base nisso, é possível que esta questão interna influencie as informações que regem as instituições e que, por ventura, vão de encontro ao fornecimento de serviços que solidificam a literacia em saúde.

Corroborando com as discussões explanadas, Davi e Garcia (2020, p. 84) argumentam que:

> A mulher configura um papel de transformação da sua realidade social. A partir do movimento feminista e das discussões tecidas no gênero, elas assumem o lugar que é delas por direito, questionando as desigualdades e os modelos socialmente impostos, ecoando o grito por igualdade de direitos, participação na vida política, social, condições dignas de trabalhos e decisões para assumir o próprio corpo (Davi e Garcia, 2020, p. 84)

Na atualidade, entende-se que o acesso à informação não está conectado apenas ao papel ou aos registros físicos, principalmente quando nos deparamos com a internet e os inúmeros meios midiáticos que proporcionam disseminação informacional a todo tempo. Em consonância, a denominada Revolução da Informação é, de acordo com Cavalcanti (1995), resultado do avanço tecnológico da Informática e das ferramentas da comunicação, com perspectivas de um futuro com mudanças radicais que afetem a estrutura social e as organizações. Essa evolução materializada das TDIC reverbera no poder de uso e consumo da informação, principalmente quando relacionada à qualidade de vida. Como o autor afirma, é por intermédio dela que se tenderá a tomar decisões mais rápidas e assertivas, contribuindo para os fatores que influenciam na vida das pessoas.

Em meio ao contexto informacional, as necessidades das quais o ser humano é confrontado diariamente contrapõem-se com fatores sociais, econômicos, psicológicos, étnicos, culturais e de gênero. Este processo delineia toda a ação que o sujeito possui sobre si mesmo e os elementos que influenciam sua vida em sociedade. Dessa forma, os comportamentos dos usuários da informação corroboram com o pensamento de Dias e Pires (2004) sobre as necessidades informacionais, no qual destaca-se:

> Necessidades e usos são interdependentes, influenciam-se reciprocamente de maneira complexa. [...] determinam o comportamento do usuário e suas práticas. O conhecimento das necessidades de informação permite compreender por que as pessoas se envolvem em um processo de busca de informação (exigência oriunda da vida social, exigência de saber, de comunicação, de lazer, entre outras) (Dias; Pires, 2004, p. 11).

A busca por redução de incertezas está alinhada aos estudos que envolvem usuários, visto que, esse processo "tem origem numa situação problemática (um estado anômalo de conhecimento, a percepção de uma lacuna no conhecimento), que é o mecanismo ativador das ações de busca por informação, elemento determinante do processo [...]." (Araújo, 2016, p. 65). De fato, o uso deste insumo possui um grande impacto na forma como as pessoas veem o mundo, principalmente no quesito da literacia em saúde. Em consonância, Vasconcelos (2017, p. 271), observa que a assistência à saúde, diante da gama dos "seus serviços na capilaridade da sociedade", tem contribuição basilar para promover melhorias na vida dos sujeitos. Ligado a isso, é importante ressaltar:

> [...] literacia em saúde significa mais do que ser capaz de ler panfletos e marcar consultas. Ao melhorar o acesso das pessoas às informações de saúde e sua capacidade de usá-las de forma eficaz, a literacia em saúde é fundamental para o empoderamento (*World Health Organization*, 1998, p. 10, tradução nossa).

Assim, trabalhar a literacia em saúde da mulher pela ótica da Ciência da Informação se torna necessário ao observar o contexto situacional em que as mulheres estão inseridas a partir do momento em que o fator social confronta fortemente o letramento informacional desse público. Além disso, compreender que o profissional da informação também faz parte do processo de empoderamento – físico e social – torna as possibilidades de sanar dúvidas e de propiciar informação correta e segura ainda mais amplas. É por meio da apropriação da informação em saúde que os sujeitos podem tomar decisões mais assertivas, tornando-se conscientes sobre questões de saúde pública essenciais como a vacinação, acesso aos serviços de saúde (postinhos, hospitais e clínicas), segurança alimentar, prevenção de doenças, acompanhamento de cuidados pré-natais e pós-natais, entre tantas outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, há uma relação intrínseca entre gênero, informação e literacia em saúde, no qual a discussão do estudo proporcionou uma visualização mais concreta dos caminhos que podem ser percorridos por meio da intersecção de tais elementos. Evidencia-se que os objetivos propostos anteriormente foram contemplados na pesquisa, sobretudo no que concerne à discussão sobre literacia em saúde e os aspectos informacionais em torno da saúde da mulher na atualidade. Constatou-se a partir das discussões promovidas em torno da temática literacia em saúde, em especial voltada para o público feminino, que este grupo tem assumido múltiplas responsabilidades tanto no contexto doméstico quanto profissional e social, muitas vezes acarretando uma ausência de cuidados mais frequentes com a sua saúde e bem-estar.

Os fatores que explicam o cenário apresentado são diversos, alguns deles já mencionados previamente, como os socioeconômicos e as questões de gênero. Contudo, os caminhos da pesquisa levaram a um dos motivos julgados como um dos principais obstáculos que limitam o acesso à informação em saúde: a complexidade dos informativos nos serviços de saúde que inviabilizam a compreensão do conteúdo que intenta ser supostamente informado. Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilize à população meios viáveis de acesso à informação como o aplicativo Meu SUS Digital, é preciso salientar que outras medidas devem ser tomadas para alcançar as parcelas da sociedade que não possuem dispositivos eletrônicos como os celulares, além da ausência de conexão de uma rede de internet nas proximidades de suas moradias.

Sob os aspectos levantados no início deste trabalho, para que haja transmissão da informação e sua validade seja atestada, ela precisa responder à questão da qual foi indicada, visando atender as necessidades informacionais dos usuários. Seja voltada para a redução de incertezas de uma pessoa ou um grupo em si, a informação necessita do sujeito informacional para que atinja seu principal objetivo. Desse modo, o acesso a este insumo de forma qualitativa e confiável, que atenda às necessidades de seus usuários – no caso deste estudo, as mulheres –, faz parte dos parâmetros fundamentais do exercício da cidadania e do entendimento da mulher como sujeito detentor e propagador de conhecimento, concedendo-lhe protagonismo tanto na esfera pública quanto na vida pessoal e privada. A percepção desta mulher com sujeito informacional a insere na sociedade sob a ideia de apropriação da informação para tomada de poder sobre seu corpo e, em consequência, acerca de sua própria vida.

Neste cenário, a literacia utiliza de seus preceitos como uma forma de tornar possível o uso das TDIC por meio de ações governamentais na promoção de saúde, mas também coloca o ser humano como figura principal na busca por informações confiáveis e que sejam de seu interesse, visto que a compreensão leitora e interpretativa está interligada ao acesso seguro de dados. Este conjunto de habilidade e competências, no entanto, são influenciadas por agentes externos e, devido a isso, para que se busque a informação em saúde em razão da manutenção do próprio bem-estar, é necessário que existam ferramentas e orientações para tal.

Por conseguinte, urge a necessidade de os veículos governamentais, por intermédio de páginas na web, panfletos, cartazes, cartilhas e folhetos informativos, bem como os profissionais da área da saúde e, também, da Ciência da Informação, orientarem os usuários dos ambientes de saúde com uma comunicação mais acessível, utilizando um linguajar mais inclusivo, popular e menos técnico. Observa-se que, além de facilitar o acesso à informação desejada e que, muitas vezes, não alcança o público para o qual se destina, estas ações ainda poderão contribuir para o desenvolvimento crítico de inúmeras mulheres que, em geral, não têm o conhecimento dos seus direitos.

Outrossim, salienta-se o anseio de que esta pesquisa possa servir para outros estudos semelhantes no campo, almejando o devido aprofundamento da temática em trabalhos futuros, além de motivar outros pesquisadores a contribuírem para novas produções acerca dos estudos de gênero, sobretudo sobre a saúde da mulher na perspectiva da literacia informacional sob o olhar da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica.

Informação em Pauta, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970/2694. Acesso em: 22 jun. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. In: BENTES PINTO, Virgínia; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; CAVALCANTE, Lídia Eugenia (org.). **Aplicabilidades metodológicas em ciência da informação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 15-34.

BRASIL. **Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33134. Acesso em: 29 jun. 2023.

CAVALCANTI, Elmano Pontes. Revolução da Informação: algumas reflexões. **Caderno de pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em: http://www.tecspace.com.br/paginas/aula/faccamp/TI/Texto01.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DAVI, Maria da Conceição; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. **Brazilian Journal of Information Science**, [*s. l.*], v. 14, n. 2, p. 75-103, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141763. Acesso em: 3 jul. 2023.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2004.

GOMES, Maria do Carmo; ÁVILA, Patrícia; SEBASTIÃO, João; COSTA, António Firmino da. Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrônicas e internacionais. CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: APS, 2000. Disponível em: https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/novas-analises-dos-niveis-de-literacia-em-portugalcomparacoes-diacronicas-e-internacionais/14338. Acesso em: 10 jul. 2023.

LANDIM, Laís Alpi; JORENTE, Maria José Vicentini. Literacia em saúde e aspectos cognitivos de design da informação em ambientes digitais de saúde. **Revista Brasileira de Design da Informação,** São Paulo, v. 16, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/766/449. Acesso em 28 jul. 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. O campo da informação no ordenamento político de gênero. *In:* ROMEIRO, Nathália; ALMEIDA, Bruno; WELLINGTON, Carlo. **Do invisível ao visível:** saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p.41-69.

LUZ, Madel Therezinha. **Saúde.** *In*: Dicionário da Educação Profissional em Saúde, Rio de Janeiro: FioCruz, 2023. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sau.html. Acesso em: 29 jun. 2023.

MARIN, Heimar de Fátima. Sistemas de informação em saúde: considerações gerais. **Journal of Health Informatics**, Brasil, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/4. Acesso em: 28 jul. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

MUSZKAT, Malvina. Parte 1: A mulher em busca da sua identidade. *In*: SEABRA, Zelita; MUSZKAT, Malvina (org.). **Identidade feminina**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 12-42.

OPAS. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 5 de maio de 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publicaimportancia-internacional-referente. Acesso em: 28 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Mulheres e saúde**: evidências de hoje, agenda de amanhã. [*S. l.*]: OMS, 2011. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7684/9788579670596_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 dez. 2024.

PERES, Frederico. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 28, n. 5, p. 1563-1573, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/cdmwH5gd66VNCXhVQJXJ3KD/. Acesso em: 3 jul. 2023.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. Plano de ação para a literacia em saúde 2019-2021. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2018. Disponível em: https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-de-acao-para-a-literacia-em-saude2019-2021.aspx. Acesso em: 10 jul. 2023.

PORTUGAL. Direção-Geral da Saúde. **Manual de Boas Práticas Literacia em Saúde:** Capacitação dos Profissionais de Saúde. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.sns.gov.pt/noticias/2019/09/13/literacia-em-saude-7/. Acesso em: 10 jul.2023.

ROZENFELD, Suely. A mulher e os serviços de saúde. *In*: LABRA, Maria Eliana (org.). **Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 241-276.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista Saúde Pública**, [*s. l.*], v. 31, n. 5, p. 42-538, 1997. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-234432. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

UWE, Flick. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Ir além do controle social: o significado da redefinição das práticas de saúde para a democratização do SUS e da Nação. *In*: VASCONCELOS, Eymard Mourão; PRADO, Ernande Valentin do (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 264-272.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health promotion glossar**y. Genebra, 1998. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HPR-HEP-98.1. Acesso em: 27 fev. 2024.

ZARCADOOLAS, Christina; PLEASANT, Andrew; GREER, David S. Understanding health literacy: an expanded model. **Health promotion international**, [*s. l.*], v. 20, n. 2, p. 195-203, 2005. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15788526/. Acesso em: 10 jul. 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

tpbci@ancib.org @anciboficial @ancib_brasil